

Propostas para uma sociedade sem ensino obrigatório: por um aprendizado livre e autônomo

Proposals for a society without compulsory education: for a Free and Autonomous Learning

Paulo Henrique Rios do Nascimento¹
Maria Eleusa Montenegro²

Resumo

Este artigo contempla uma investigação sobre o ensino não obrigatório. Os seguintes objetivos, geral e específico, foram propostos, respectivamente, para nortear este estudo: 1) analisar propostas diferenciadas para o aprendizado de forma livre; 2) identificar e conhecer ideias de autores que criticam o ensino obrigatório e suas propostas de solução para problemas do ensino obrigatório. O método utilizado foi a análise bibliográfica por meio da epistemologia qualitativa de Gonzalez Rey (2005). Conclui-se que o aprendizado autônomo e não obrigatório é mais eficiente, mas eliminar a obrigatoriedade escolar é inviável no atual sistema vigente.

Palavras-chave: Autonomia no aprendizado. Ensino não obrigatório. Liberdade para aprender

Abstract

The object of study of this work is the non-compulsory education. The general objective was to analyze differentiated proposals for learning in a free way. The specific objectives were identifying and getting to know ideas for authors that criticized the compulsory education and their proposals of solution for problems of the compulsory education, and elaborate suggestions for the same issues. The method adopted was the bibliographic analysis with the qualitative epistemology by Gonzalez Rey (2005). This work concluded that the autonomous and not compulsory learning is more efficient, but eliminating the scholar obligation is impracticable in the present system.

Keywords: Learning autonomy. Non-compulsory education. Freedom to learn.

¹ Graduado em Letras Português e Inglês e suas Respectivas Licenciaturas pelo UniCEUB. paulaum1@gmail.com

² Pedagoga; orientadora educacional; administradora escolar; pós-doutorada em Educação pela UnB; professora aposentada pela UFG; professora de Pedagogia do UniCEUB; líder do grupo de Pesquisa “Prática Pedagógica e Formação do Professor”. memontenegro@terra.com.br.

1 Introdução

Este trabalho fundamentou-se no seguinte recorte temático: *propostas para uma sociedade sem ensino obrigatório: por um aprendizado livre e autônomo* a fim de responder os seguintes questionamentos de pesquisa “o aprendizado por interesse próprio é mais eficiente do que o obrigatório?” e “é possível uma sociedade sem ensino obrigatório?”.

Este estudo sugere propostas que possam viabilizar a extinção do ensino obrigatório, dos exames e do diploma, uma vez que alguns autores, como A. S. Neill e Carl Rogers, alegam que esses elementos são prejudiciais para um aprendizado mais eficiente, motivador e criativo. Para melhor entendimento deste artigo, a expressão **ensino** foi utilizada em uma perspectiva “reflexiva”, ou seja, tanto em relação aos que ensinam, quanto em relação aos que aprendem, evitando-se, assim, a interpretação de ensino apenas como profissão docente e também a desconsideração de ponderações a respeito da obrigação de o aluno aprender determinados conteúdos contra a sua vontade.

Em conferências internacionais de educação — como o *Technology, Entertainment and Design 2006*, especialmente na palestra de Ken Robinson sobre a criatividade — verifica-se que, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, existem problemas sérios relacionados à escola, mesmo com altos investimentos em educação, novas metodologias de ensino e políticas públicas. Apesar da grande distância temporal das épocas de palmatória, internatos, rigidez e a concepção do processo de ensino-aprendizagem apenas sobre a perspectiva de quem ensina, do professor, a evolução no ensino pelo mundo não se mostrou suficiente para solucionar problemas que persistem até hoje: mercantilização do ensino, desigualdade de oportunidades, pais que não assumem papel responsável com os filhos, responsabilizando professores pela má educação destes, ensino não democrático, pouca motivação no aprendizado, entre outros exemplos. Assim como as leis punitivas não impediram a criminalidade no mundo, a obrigatoriedade escolar e as novas metodologias de ensino não tornaram os conteúdos relevantes para os alunos. Além disso, na escola os alunos são divididos em turmas por idade, mesmo com diferença de nível de conhecimento entre cada um: o ritmo individual de aprendizagem não é respeitado, e, quando há provas de nivelamento, os alunos atrasados sofrem desmotivação ao comparar sua velocidade de progressão com a dos outros.

Uma das características que, pelo menos na maioria dos países, não mudou com a evolução da escola durante os séculos foi o fator da obrigatoriedade. Alunos que são obrigados a estudar contra a vontade se angustiam e se queixam de desmotivação, de falta de interesse pela escola e de falta relevância do conteúdo para suas vidas. Consequentemente, professores se amarguram com o desprestígio do seu trabalho e com o desinteresse por parte de alguns. Mesmo quando alunos desfrutam da sorte de terem professores lúdicos, que se colocam no lugar do aluno, isso só combate os sintomas do desinteresse, sem combater sua causa; é apenas uma solução paliativa enquanto a maioria estuda o que não quer apenas para passar em exames e, em muitos casos, não aproveitam o conhecimento adquirido — que é logo esquecido. Se um conteúdo é relevante para o professor, isso não quer dizer necessariamente que também o seja para os alunos.

O importante, segundo Rogers (1969, p. 5), é que, “mesmo quando o primeiro impulso ou o estímulo vêm de fora, o senso da descoberta, do alcançar, do captar e do compreender vem de dentro”. A aprendizagem significativa é a que tem relevância, isto é, “[...] quando o estudante percebe que a matéria a estudar se relaciona com os seus próprios objetivos” (ROGERS, 1969, p. 160). Comparando-se dois alunos de um mesmo curso, de caráter obrigatório para ambos, um deles estudando pela vontade de progredir em sua área e o outro o fazendo por ser uma exigência de aprovação, logo se percebe a nítida diferença de aprendizagem entre os dois: “o primeiro aluno adquire uma aprendizagem funcional da matéria; o segundo aprende como há de ‘conseguir passar’”.

É fato corriqueiro muitos usarem as exigências dos exames — especialmente vestibulares e concursos, onde boa parte do que se estuda não é utilizado, e consequentemente, é esquecido — como justificativa para o estudo obrigatório. Mas não é sensato confiar na crença otimista de que o aluno estará mais motivado por meio de uma relevância artificial do conteúdo simplesmente por se tratar de exigência de provas. No fundo, a absorção do conhecimento ocorre muito desproporcionalmente ao que seria se o estudo fosse voluntário e por prazer. Exemplos do prejuízo intelectual causado pelos exames de concursos foram algumas das provas que surgiram nos últimos anos, frequentemente com questões de Conhecimentos Gerais como: a data da próxima copa do mundo cuja sede será o Brasil (SALVADOR, 2008, p. 10) ou a residência de uma celebridade virtual conhecida como

Luíza do Canadá (JABOTICABAL, 2012). Para esses concursos, saber tais assuntos é tão importante quanto saber língua portuguesa e matemática.

Este artigo teve como objetivo geral analisar propostas diferenciadas para o aprendizado de forma livre, colhidas em algumas obras de autores que refletem sobre problemas do ensino obrigatório no mundo.

Os objetivos específicos consistiram em: a) identificar e conhecer as principais ideias dos autores que criticam o ensino obrigatório, bem como suas respectivas propostas de solução para os problemas por eles apontados; b) analisar as obras dos autores lidos no ponto de vista argumentativo; c) elaborar sugestões de utilização de aspectos das propostas dos autores para os problemas do ensino obrigatório. Os autores analisados foram Ivan Illich (1973), A. S. Neill (1960), Carl Rogers (1969), Paulo Freire (1983-1989) e José Pacheco (2008). O artigo é composto de cinco partes: um capítulo introdutório, seção explicativa da pesquisa para a elaboração do artigo, resultados e as considerações finais da pesquisa.

A hipótese desta pesquisa foi a de que o ensino obrigatório prejudica o aprendizado e torna o ato de estudar uma tarefa “chata”, desmotivadora e pouco eficaz. Nessa perspectiva, acredita-se que ninguém deveria ser obrigado a estudar e que, ao contrário do que se imagina, a liberdade para aprender — ou não aprender — não tornaria as pessoas desinteressadas; muito pelo contrário, leva-as a estudar mais do que quando obrigadas e torna o aprendizado mais eficiente e duradouro. Também foi proposta a hipótese de que a obrigatoriedade do estudo contra a vontade própria causa malefícios, e que muitos problemas educacionais — como desinteresse, preguiça e dificuldade de assimilação de conteúdo. Também, será posta à prova a teoria de que aprender por obrigação é desmotivador, especialmente quando também é contra a vontade do indivíduo. E não apenas o ato de aprender, mas de qualquer atividade humana — como, por exemplo, o trabalho remunerado como forma de subsistência.

O presente artigo tem como justificativa trazer à tona reflexões sobre aspectos inerentes a qualquer tipo de ensino obrigatório — seja de forma direta, por meio de leis, ou indireta, por meio de certificados e de exigências do mercado de trabalho. Além disso, sugere uma nova proposta para uma sociedade sem ensino obrigatório, baseando-se na pesquisa bibliográfica realizada e em aspectos da atualidade.

Não é persuasivo alguém criticar a escola somente por ter tido experiências ruins com professores ou algum

castigo por adquirir desempenho ruim durante seu período escolar. Críticas a respeito da obrigatoriedade escolar devem ser feitas com argumentos condizentes com a realidade e que tenham a intenção de contribuir para o aprendizado no mundo. Sugerir a não obrigatoriedade da escola não quer dizer necessariamente ser contra a educação. Um exemplo dessa má interpretação foi vivenciado por Ivan Illich, quando conversou com um grupo de estudantes contrários à obrigatoriedade escolar; eles almejavam mais participação no processo de aprendizado por parte dos alunos. Mas aqueles alunos “estavam decepcionados porque isto fora interpretado como exigência para menos e não para mais educação” (ILLICH, 1973, p. 53). Além disso, a proposta da extinção do ensino obrigatório, a favor da autonomia do aprendizado, não pode ser usada como arma ou desculpa para que os governos paguem mal os professores no Brasil, tampouco PARA que a sociedade os despreze. Essas mudanças são imprescindíveis em qualquer modelo de aprendizagem, seja ele não obrigatório ou obrigatório.

2 Desenvolvimento da pesquisa

Esta pesquisa orientou-se por técnica de pesquisa bibliográfica ou teórica, de abordagem qualitativa. Nesse sentido, este artigo buscou um olhar detalhado e interpretativo a respeito do objeto de estudo em questão. Severino (2007) define a pesquisa bibliográfica como sendo principal fonte de registros impressos decorrente de pesquisas anteriores, isto é, livros, artigos ou teses que contêm texto analiticamente processados pelos seus autores.

Vilela Junior (2010) afirma que o objeto principal da pesquisa qualitativa é “interpretar o fenômeno que observa (a observação, a descrição, a compreensão e o significado). Não existem hipóteses preconcebidas; suas hipóteses são construídas após a observação”.

Para a realização do artigo, utilizou-se inicialmente a técnica de fichamento — seleção de citações importantes organizadas em tópicos — das obras dos cinco autores. Em seguida, foram escritas as partes deste artigo em três vertentes: ideias do autor sem interpretações dos autores; análise crítica dos argumentos e reflexões sobre o tema **ensino não obrigatório**.

Para análise e discussão dos dados, utilizaram-se pressupostos da Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey (2005, p. 5-8, grifo do autor), que a conceitua como sendo aquela que “defende o caráter construtivo

interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como *apropriação* linear de uma realidade que se nos apresenta”. A utilização da Epistemologia Qualitativa de Gonzalez Rey foi necessária, sobretudo devido a dois aspectos importantes: a crítica e a construção do conhecimento, ênfases dadas na análise dos dados e considerações finais.

A Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey “necessitou desenvolver um aporte metodológico que pudesse contar com um instrumental de pesquisa adequado para resolver problemáticas nas quais os objetos de estudo possuísem qualidades do ‘impreciso’, do ‘incerto’, do ‘invisível’, do subjetivo” (MARQUES, 2009, p. 1, grifos do autor).

3 Achados da pesquisa

Quando uma crítica é feita sem nenhuma proposta de solução, é comum haver a recusa da aceitação dela; as pessoas preferem ignorá-la por terem medo de que o reconhecimento dos fatos ameace a estabilidade de suas vidas e acarrete o caos irreversível, o que não é caso deste artigo.

Para entender a proposta apresentada, é preciso analisar o principal obstáculo para a educação livre e autônoma: o sistema monetário. O dinheiro, a obrigação de trabalhar por sobrevivência e a necessidade de mão de obra humana para a subsistência da sociedade geram o mercado de trabalho — cujas influências sobre o ensino obrigatório são muito maiores do que as pressões internas da escola ou do Estado —, o ensino como mercadoria, a obrigação dos certificados para a obtenção de empregos e, conseqüentemente, a fonte de renda e de sobrevivência. É o sistema monetário que:

- Cerca os seres humanos a um grupo seletivo de profissões garantidoras de sobrevivência, bem-estar;

- Cria uma obrigatoriedade escolar implícita por meio de diplomas, empregos, salário e mercado. Obriga pessoas a estudar o que não querem, e com prazo estabelecido, o que desrespeita o ritmo e a autonomia de interromper e continuar o estudo a qualquer momento desejado. Como agravante, a sociedade já está adaptada a considerar que tais pressões são essenciais, que sem elas não haveria aprendizado, ou se houvesse, seria muito reduzido, suposição que foi mostrada, neste artigo, como sendo equivocada. Pelo contrário, para que o aprendizado mais eficaz e duradouro possível ocorra, segundo os autores pesquisados, será necessário extinguir o obstácu-

lo da obrigatoriedade escolar — tanto o direto, das escolas, quanto o indireto, do sistema;

- Mantém o mercado de trabalho, que impede a extinção dos exames e dos diplomas. Sem o fim desses dois, o ser humano continuará preso à institucionalização do aprendizado, jamais será livre para aprender;

- Dificulta ou inviabiliza o verdadeiro aprendizado — o de significação — e conseqüentemente as propostas Redes de Aprendizagem, Facilitador de Aprendizado e Círculo de Cultura, pois impossibilita que o aluno escolha suas próprias direções;

- Torna a proposta da escola não obrigatória uma ameaça à sobrevivência dos professores, conseqüentemente induzindo a categoria a se corromper para sua manutenção e integridade;

- Obriga a sociedade a depender de serviços, pois eles pagam seus prestadores;

- Cria por si só uma demanda por ensino que nenhuma quantia de dinheiro consegue atender. Conforme Illich (1973), a educação universal é economicamente impossível. Mas a visão de milhões de professores voluntários acompanhando o aprendizado de outras pessoas sem receberem dinheiro para se responsabilizarem pela educação de uma sociedade inteira também é um sonho utópico. Não é o dinheiro que vai viabilizar educação para todos; exigir dos governos maior investimento na educação, não vai solucionar os problemas dessa área;

- Gera uma sociedade competitiva, comprometendo a cooperação em larga escala de grupos de aprendizagem. Além disso, a concorrência é nociva para o bem-estar social e só é “plausível” para o funcionamento do sistema monetário;

- É por causa do sistema monetário que as propostas analisadas neste estudo não são suficientes para extinguir por completo o ensino obrigatório e viabilizar o aprendizado autônomo.

O problema está não apenas na simples existência do ensino obrigatório, como também na do sistema monetário, que impossibilita a extinção dele. Enquanto o sistema monetário existir, a educação universal — para todos — e de qualidade, jamais será possível.

Ivan Illich (1973, p. 18) afirma que a educação universal “seria mais factível se fosse tentada por outras instituições, seguindo o estilo das escolas atuais”. Mas isso seria o mesmo que transferir a outrem o papel da escola: mudaria apenas o nome, a instituição **escola** continuaria existindo. Dentre outros motivos, o papel da educa-

ção não pode depender de instituições, pois, no sistema capitalista, o interesse delas é o lucro, mesmo que para isso promovam serviços ruins e piorem os problemas que supostamente dizem tentar resolver. E as instituições honestas que não visam apenas o crescimento econômico são inevitavelmente “engolidas” pelas concorrentes mais poderosas. O ensino também não pode depender do governo, pela mesma razão. Ivan Illich (1973, p. 91) defende a necessidade de se usar a legislação, o planejamento e o investimento “para derrubar as barreiras que atravancam as oportunidades de aprendizagem”.

A atual procura de novas saídas educacionais deve virar procura de seu inverso institucional: a *teia* educacional que aumenta a oportunidade de cada um de transformar todo instante de sua vida num instante de aprendizado, de participação, de cuidado (ILLICH, 1973, p. 18, grifo do autor).

Uma vez mostrado por Illich que a educação não pode estar nas mãos das instituições, isso é mais uma amostra de que a atual tendência da humanidade é o fim do sistema monetário com a automatização dos serviços. Além disso, se a institucionalização do ensino é DE FATO prejudicial, e levando-se em conta a alegação de um magistrado da Corte Suprema — William O. Douglas — de que “a única maneira de estabelecer uma instituição é financiando-a” (ILLICH, 1973, p. 26), para que a educação universal e livre se concretize, a promoção do conhecimento não pode ser remunerada. Caso contrário, continuará sendo hierárquica, privilégio dos mais ricos.

Segundo Illich (1969, p. 87), a desescolarização da sociedade “[...] está, pois, na raiz de qualquer movimento que vise à libertação humana”. Com isso, a proposta sugerida neste artigo para solucionar os problemas da educação e DA sociedade escolarizada consiste em extinguir o sistema monetário por meio da automatização de todos os serviços necessários para a sobrevivência dos seres humanos. Em outras palavras, isso equivale a substituir por máquinas toda a mão de obra humana envolvida na produção de bens de consumo e serviços essenciais à saúde. Com isso, seria possível haver total liberdade para aprender, pois o tempo disponível para aprendizagem seria muito maior, e as suas possíveis falhas não impediriam a sobrevivência dos indivíduos: ninguém morrerá de fome, já que as máquinas produzirão subsistência para todos. Não se propõe aqui o socialismo, pois esse sistema também funciona com o dinheiro: é uma subdivisão do sistema monetário, assim como o capitalismo e o comunismo.

4 Palavras de encerramento

Todos os autores elencados neste estudo, de alguma forma, tratam da eficácia do aprendizado livre; na linha de pensamento da autonomia do aprendizado em prol da educação mais universal e democrática; a ideia de quatro dos autores pesquisados — Ivan Illich, A. S. Neill, Paulo Freire e José Pacheco — de que aluno e professor podem assumir papel de aprendizado e ensino. Entretanto, as pressões externas de diplomas, mercado de trabalho e sociedade escolarizada em geral desvalorizam o conhecimento adquirido fora das instituições de ensino.

O ponto alto da pesquisa foi a confirmação da hipótese de que estudar sem obrigação é mais eficaz, teoria que foi comprovada em toda a análise dos argumentos. Também, a crítica feita pelos pesquisadores aos autores tão renomados no meio acadêmico como Carl Rogers e Paulo Freire, além das observações sobre a escola Summerhill, que até hoje se encontra à frente de seu tempo.

As questões da pesquisa foram respondidas em parte. Não foi possível encontrar explicações claras para o fato de que o sistema valoriza algumas informações supérfluas como no exemplo da questão de Conhecimentos Gerais, questionando o paradeiro de uma celebridade virtual (JABOTICABAL, 2012). Mas foi possível perceber que o mercado dos diplomas aumenta ainda mais a demanda por educação com fins lucrativos.

A pesquisa das obras dos cinco autores e a análise dos dados pôde responder aos problemas apresentados. O aprendizado por interesse próprio é mais eficiente do que o obrigatório? Sim. Isso foi provado pelos autores tanto na teoria quanto na prática em todos os cinco referenciais teóricos e com todas as análises críticas dos argumentos. Outra pergunta deste artigo respondida pela análise de dados foi: é possível uma sociedade sem ensino obrigatório? Em algumas escolas, pelo menos, sim. Foram os casos de Summerhill e a Escola da Ponte, ambas em funcionamento até hoje. Não se tem notícia de experiências em maior escala do que aquelas duas escolas, e a análise dos dados mostrou que ainda existem fracassos e obstáculos consideráveis que estão fora do alcance delas. Mas a não obrigatoriedade escolar não é possível para uma sociedade inteira, pelo menos no sistema que vigora até hoje — o sistema monetário. Um exemplo de sociedade sem escola obrigatória — abrangendo um país inteiro — é os Estados Unidos. Naquele país, não há leis de obrigatoriedade escolar, muito menos leis punitivas aos pais que não levem

seus filhos à escola: o ensino doméstico — conhecido como *homeschooling*, isto é, estudo em casa sem frequência escolar — é permitido. Entretanto, mesmo com a extinção da escola, as pressões externas do sistema e do mercado de trabalho já são, sozinhas, grandes suficientes para até mesmo substituir as pressões da escola. Pessoas são obrigadas a aprender um número limitado de informações — e com prazo estabelecido — para conseguirem o emprego que as sustentem. Na sociedade escolarizada, é impossível haver total liberdade de aprendizado. “Em nosso moderno sistema educacional, parece a muitos completamente impossível dar liberdade de aprender aos estudantes, tantos são os limites exteriormente impostos” (ROGERS, 1969, p. 29).

A análise das propostas foram bastante esclarecedoras e muito relacionadas umas com as outras, complementando-se com outras visões. As propostas de cada autor foram entendidas, apesar de haver dificuldade na compreensão das ideias de Paulo Freire em apenas uma obra. Entretanto, com a inclusão de mais uma obra a respeito de seu método, a coleta de dados foi mais esclarecedora. A análise da redação dos autores também se concretizou, e foi possível verificar a diferença de persuasão e clareza de seus argumentos.

Propõe-se a utilização deste artigo para fins de divulgação — especialmente em congressos — de linhas de pensamento pouco difundidas, a respeito da não obrigatoriedade escolar e da eficácia proporcionada pela autonomia do aprendizado, a desescolarização da sociedade.

Sugere-se como futuras pesquisas a ampliação do tema **sociedade sem escolas**, no intuito de aprimorar as ideias e divulgar a causa em outros ambientes, especialmente do acadêmico-científicos.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GONZÁLEZ REY, Fernando. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson, 2005.
- ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- JABOTICABAL. Prefeitura do Município. 2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/>

>concurso-publico-faz-pergunta-sobre-luiza-do-cana-da-20120201.html> Acesso em: 01 out. 2012.

MARQUES, Alice. *Interpretando a epistemologia qualitativa*. São Paulo: Traditional Copyright, 2009.

NEILL, A. S. *Liberdade sem medo*: Summerhill. São Paulo: IBRASA, 1976.

PACHECO, José. *Escola da ponte: formação e transformação da educação*. São Paulo: Vozes, 2008.

ROGERS, Carl. *Liberdade para aprender*. São Paulo: M. Fontes, 1969.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. *Concurso público do provimento do cargo de guarda municipal*. 2008. p. 10. Disponível em: <<http://www.centraldeconcursos.com.br/docs/prova/p-pref-salvador-guarda-municipal-prova-a01-tipo-001-20080301.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

TED. *Technology, Entertainment and Design*. 2006. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/ken_robinson_says_schools_kill_creativity.html>. Acesso em: 01 nov. 2012.

VILELA JUNIOR, Guanis de Barros. *Pesquisa qualitativa*. Disponível em: <http://www.guanis.org/metodologia/a_pesquisa_qualitativa.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2010.